

ESTRATÉGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA OFERTADA PELOS INSTITUTOS FEDERAIS.

SILVA, Ilma Paula Carvalho da ¹

RESUMO: Propõe-se neste resumo suscitar reflexões sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), principalmente no que diz respeito às estratégias de ensino-aprendizagem aplicadas na oferta da modalidade; regulamentada pelo Decreto nº 5.840/2006, que institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); pelos institutos federais, visando a formação integral dos sujeitos. A metodologia incidiu à pesquisa qualitativa e refere-se a um estudo de revisão da literatura, cujo lastro teórico aporta-se nas ideias de estudiosos como Freire (1992; 1996; 2005), Charlot (2015), Matos e Platzer (2018) e Andrighetto et al. (2022). Como resultado, defende-se que as estratégias de ensino-aprendizagem na EJA e EPT têm implicações significativas para o trabalho pedagógico e a gestão educacional. Essas estratégias devem considerar a valorização dos saberes dos estudantes, promover a autonomia, estimular a reflexão crítica, estabelecer conexões entre teoria e prática, e desenvolver sua formação integral e profissional. A adoção de metodologias adequadas e o apoio da gestão são fundamentais para garantir uma educação de qualidade nessas modalidades de ensino confluentes. Conclui-se que a EJA e a EPT enfrentam alguns desafios, mas que devem buscar a construção de uma proposta educacional alternativa, que articula educação e trabalho de forma humanizadora.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos; Educação Profissional e Tecnológica; Institutos Federais; Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT: This summary proposes reflections on Youth and Adult Education (EJA) integrated with Professional and Technological Education (EPT), mainly with regard to teaching-learning strategies applied in the offer of the modality; regulated by Decree nº 5.840/2006, which institutes the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Modality of Youth and Adult Education (PROEJA); by the federal institutes, aiming at the integral formation of the subjects. The methodology focused on qualitative research and refers to a literature review study, whose theoretical basis is based on the ideas of scholars such as Freire (1992; 1996; 2005), Charlot (2015), Matos and Platzer (2018) and Andrighetto et al. (2022). As a result, it is argued that teaching-learning strategies in EJA and PT have significant implications for pedagogical work and educational management.

¹ Pedagoga, Mestra em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Assistente de Aluno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO/ Campus Porto Velho Zona Norte, e-mails: paluapilma@gmail.com e ilma.silva@ifro.edu.br.

These strategies should consider valuing students' knowledge, promoting autonomy, stimulating critical reflection, establishing connections between theory and practice, and developing their comprehensive and professional training. The adoption of appropriate methodologies and management support are essential to ensure quality education in these confluent teaching modalities. It is concluded that EJA and EPT face some challenges, but that they must seek to build an alternative educational proposal, which articulates education and work in a humanizing way.

KEYWORDS: Youth and Adult Education; Professional and Technological Education; Federal Institutes; Teaching-learning.

1 INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos (EJA) e a educação profissional e tecnológica (EPT) são modalidades de ensino, que de acordo com a legislação brasileira, com o Decreto nº 5.840/2006, que dispõe sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), define que esse programa tem por objetivo "democratizar o acesso à educação profissional pública, gratuita e de qualidade aos jovens e adultos trabalhadores que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria" (BRASIL, 2006, art. 1º).

Neste contexto, a Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, estabelece que uma das finalidades dos Institutos Federais é "ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional" (BRASIL, 2008, art. 7º). Assim, os institutos federais devem oferecer cursos de EJA/EPT em diferentes níveis e áreas de conhecimento, buscando atender às demandas sociais e produtivas do país.

Destarte, ressalta-se o § 1º do artigo Art. 2º do Decreto nº 5.840/2006 estabelece que "as instituições referidas no caput disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007", resguardando os direitos e princípios estabelecidos na Constituição Federal, de 1988, e na LDB, de 1996.

Uma das principais questões que se colocam para a educação de jovens e adultos (EJA) é como articular os processos de ensino-aprendizagem com as demandas e os interesses dos sujeitos que buscam nos institutos federais essa modalidade de ensino. Nesse sentido, as estratégias de ensino-aprendizagem na EJA devem levar em conta as especificidades do público atendido, bem como as finalidades e os objetivos da educação profissional e tecnológica (EPT) na perspectiva da formação integral e cidadã dos educandos.

Assim, este resumo expandido objetiva apresentar as possíveis estratégias de ensino-aprendizagem para Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica na oferta da modalidade pelos institutos federais, frente aos desafios inerentes às suas peculiaridades, buscando, contribuir para a reflexão, comprometimento dos profissionais envolvidos e instituições responsáveis em assegurar o direito à educação dos sujeitos da EJA na EPT.

2 METODOLOGIA

Este trabalho é de revisão bibliográfica, que tem como fim a fundamentação teórica da questão de estudo. Segundo Botelho e Cunha (2011, p.123), “incorporam-se opiniões, conceitos e ideias de diversos autores, através da análise e síntese de conhecimentos produzidos”. Em vista disso, o estudo permeia entre: os aspectos legais da EJA na EPT e as possibilidades de estratégias de ensino-aprendizagem para Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica na oferta da modalidade pelos institutos federais. A análise baseou-se em publicações de Freire (1992; 1996; 2005), Charlot (2015), Matos e Platzer (2018), Andrighetto et al. (2022), entre outros que estudam e pesquisam sobre o conteúdo apresentado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As estratégias de ensino-aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e na Educação Profissional Técnica (EPT) são fundamentais para promover a

aprendizagem significativa e o desenvolvimento dos estudantes nesses contextos educacionais específicos. Essas estratégias têm implicações tanto para o trabalho pedagógico quanto para a gestão educacional nessas modalidades de ensino, consideradas como sendo confluentes.

Bernard Charlot, 2015, em sua obra "Da relação com o saber às práticas educativas", ressalta a importância de considerar a relação dos estudantes com o conhecimento, buscando compreender suas representações, interesses e motivações. Esse entendimento é fundamental para a definição de estratégias pedagógicas adequadas, que sejam significativas e contextualizadas para os estudantes da EJA EPT.

Nesse contexto, o trabalho pedagógico e a gestão educacional na EPT devem estar articulados com as diretrizes e os princípios da EJA, buscando superar a dualidade histórica entre educação básica e educação profissional (KUENZER, 2011; MOURA, 2007). Para isso, é preciso reconhecer a diversidade dos sujeitos da EJA, suas trajetórias de vida e trabalho, seus saberes e suas expectativas em relação à educação. Como afirma Freire (1996), a educação deve ser um ato de comunicação entre educadores e educandos, baseado no diálogo e no respeito mútuo.

Nessa perspectiva, algumas são as das estratégias de ensino-aprendizagem apontadas, pelos pesquisadores, que podem ser utilizadas na EJA integrada à EPT, são elas:

- A utilização de materiais didáticos diversificados e adequados à realidade dos estudantes, como textos, vídeos, jogos, simulações, experimentos, etc. (Matos e Platzer, 2018).
- A realização de projetos integradores que envolvam os conhecimentos das diferentes disciplinas e áreas profissionais, bem como as demandas sociais e produtivas do território (Brasil, 2008).
- A promoção de atividades que favoreçam o desenvolvimento de competências socioemocionais, como autoconhecimento, comunicação, colaboração, criatividade, etc. (Charlot, 2015).
- A articulação entre teoria e prática, por meio de situações de aprendizagem que aproximem os estudantes dos ambientes reais ou simulados de trabalho (Kuenzer,

2011).

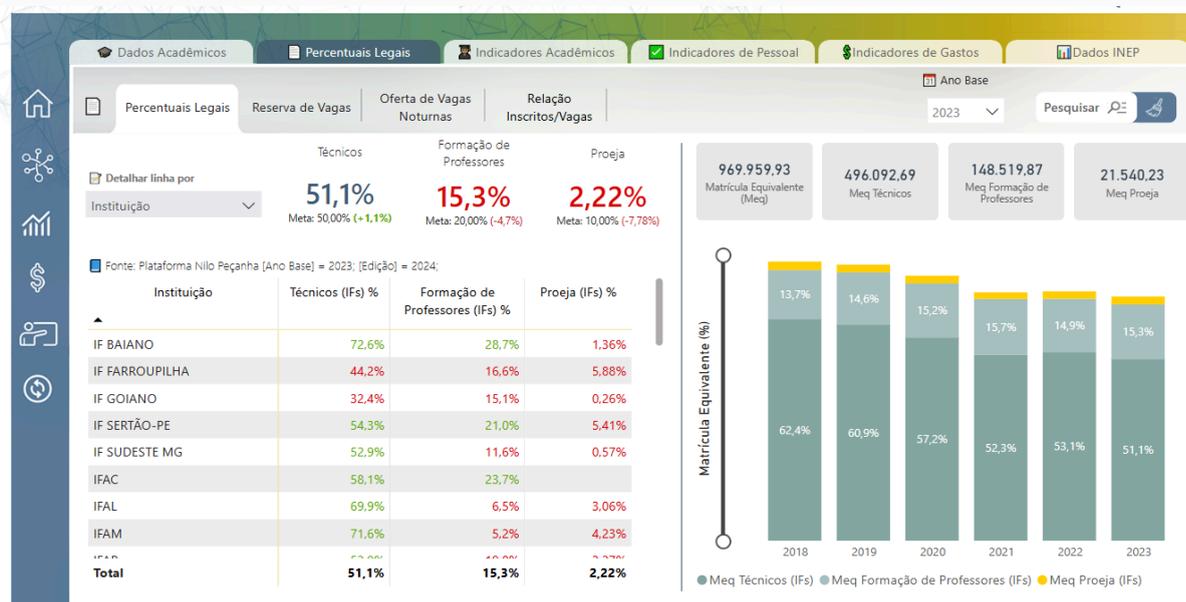
- A valorização da cultura popular e da diversidade como fontes de aprendizagem e de identidade dos sujeitos da EJA (Sanceverino et al., 2020).
- A avaliação formativa e processual, que acompanhe o percurso dos estudantes e forneça feedbacks construtivos para a melhoria da aprendizagem (Andrighetto et al., 2022); dentre outras estratégias.

Andrighetto, Maraschin e Ferreira, em "Trabalho pedagógico na EJA EPT: considerações com base em estudo de uma realidade", é destacada a importância do trabalho pedagógico colaborativo e da formação continuada dos professores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas efetivas na EJA EPT. Essa colaboração entre os docentes, os gestores e os demais profissionais da educação e a construção coletiva de conhecimento são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias de ensino-aprendizagem adequadas aos estudantes adultos.

A gestão educacional deve garantir as condições necessárias para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na EJA EPT, tais como: infraestrutura adequada; formação continuada dos docentes; apoio pedagógico aos alunos; flexibilização curricular; articulação com o mundo do trabalho; entre outras. Além disso, a gestão educacional deve promover a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar na definição das políticas e das ações educativas voltadas para a EJA EPT, fortalecendo o compromisso social e a identidade institucional dos Institutos Federais.

Ao considerar a Lei nº 11.892/2008, os institutos federais se apresentam como espaços privilegiados para a oferta da EJA integrada à EPT, pois possuem uma estrutura multicampi, uma diversidade de cursos e áreas de atuação, e um compromisso social com a democratização do acesso e a qualidade do ensino. No entanto, essa modalidade ainda enfrenta diversos desafios e tensões, como apontam Poubel et al. (2014), que analisam a história da EJA no Brasil e as políticas públicas voltadas para essa população. Entre esses desafios, destacam-se a necessidade de ampliar a oferta de vagas, de adequar os currículos e as metodologias às demandas dos estudantes, de formar professores qualificados e de garantir a permanência e o êxito dos alunos.

Figura 01 - Indicadores de Gestão| Percentuais Legais



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2025.²

De acordo com os últimos dados atualizados na Plataforma Nilo Peçanha (Ministério da Educação e Cultura, 2025) referente ao ano de 2023, os Indicadores de Gestão, apontam 2,22% de matrículas vinculadas ao PROEJA ofertado pela Rede dos Institutos Federais³, sendo a quantidade de matrículas abaixo do percentual legal de 10%, estabelecido como meta em 2022. Vale ressaltar que a porcentagem de meta de oferta de vaga está estabelecida no § 1º do artigo Art. 2º do Decreto nº 5.840/2006 estabelece que “as instituições referidas no caput disponibilizarão ao PROEJA, em 2006, no mínimo dez por cento do total das vagas de ingresso da instituição, tomando como referência o quantitativo de matrículas do ano anterior, ampliando essa oferta a partir do ano de 2007”, resguardando os direitos e princípios estabelecidos na Constituição Federal, de 1988, e na LDB, de 1966.

² Brasil. Plataforma Nilo Peçanha, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em: 15 jan. 2025. A Plataforma Nilo Peçanha (PNP) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Tem como objetivo reunir dados relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC.2025).

³ Conforme, informações disponíveis no Portal do MEC(2025), em 2019, a Rede Federal está composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, tem-se ao todo 661 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país. Brasil. Ministério da Educação e Cultura(MEC). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

Neste contexto, a Educação Profissional e Tecnológica, por sua vez, deve superar a visão reducionista e instrumental que historicamente caracterizou a educação voltada para os trabalhadores no Brasil. Como afirma Kuenzer (2011), a pedagogia da fábrica reproduziu a lógica do capitalismo industrial, que separava o trabalho manual do intelectual, o saber fazer do saber pensar, e submetia os trabalhadores a uma formação alienante e fragmentada. Destarte, as estratégias desenvolvidas pelos Institutos Federais devem abranger essa quebra de paradigmas, formando sujeitos/cidadãos capazes de compreender a si, sua realidade e de atuarem no mundo do trabalho e na sociedade em busca dos seus objetivos e de melhorias sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o direito à educação, previsto no art. 205, da Constituição Federal (1988), com a seguinte dimensão: “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Diante do estabelecido pelo Decreto nº 5.840/2006 é de fundamental importância que as Instituições Federais cumpram o seu papel diante da sociedade. Uma vez que a Rede do IFs foi reestruturada em prol da oferta da educação às classes socialmente, historicamente excluídas, a Educação de Jovens e Adultos é a modalidade de ensino que vem a oportunizar a inclusão dos indivíduos, que por diversos motivos, não tiveram o direito à educação em idade adequada conforme estabelecido na legislação brasileira.

Assim, concerne a gestão dos institutos federais rever seus processos e o seu comprometimento à efetivação dos 10%(dez por cento) das matrículas dos estudantes inerentes à oferta da EPT integrada à EJA. De modo, a buscar meios de promover o acesso, a permanência e o êxito de uma formação politécnica, que articule os conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos, e que possibilite aos indivíduos uma atuação crítica e transformadora na sociedade.

Neste cenário, além de ser assegurado esse direito a população/sociedade, no que tange às estratégias do processo formativo na EJA/EPT e suas implicações

para o trabalho pedagógico e a gestão educacional devem estar pautadas em uma concepção de educação que reconheça os sujeitos da EJA como protagonistas de sua formação e como agentes de transformação da sociedade. Fortalecendo a prática educadora uma perspectiva emancipatória e crítica da educação profissional e tecnológica, que a entenda como um direito humano e social dos trabalhadores, que contribua para sua formação integral e cidadã.

Nesse sentido, Charlot (2015) afirma que a relação com o saber é uma relação existencial, que envolve não apenas o conhecimento, mas também o desejo, a emoção, a identidade e o projeto de vida dos sujeitos. Assim, Charlot comunga com os pensamentos de Paulo Freire, "Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo".

REFERÊNCIAS

ANDRIGHETTO, Marcos José; MARASCHIN, Mariglei Severo; FERREIRA, Liliana Soares. **Trabalho pedagógico na EJA EPT: considerações com base em estudo de uma realidade**. Revista Roteiro. Joaçaba, v. 47, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/27385>. Acesso em: 28 jan. 2025.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. Gestão e Sociedade, Belo Horizonte, v. 5, n. 19, p. 121-136, nov. 2011. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade>. Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm. Acesso em: 28 jan. 2025.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. SP: Ed. Cortez, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática**

educativa. 31ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MATOS, Maria Daise da Cunha; PLATZER, Maria Betanea. **Práticas pedagógicas na EJA**: as vozes de professores acerca das estratégias de ensino e uso de materiais didáticos. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos. Salvador, v. 6, p. 223-235, 2018. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/5706>.

Acesso em: 25 jan. 2025.

SANCEVERINO, A.R.; RIBEIRO, I. LAFFIN, M. H. L. F. **Estado do conhecimento das pesquisas sobre aprendizagem de pessoas jovens e adultas no campo da EJA**. Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, v. 38, n. 1, p. 01 -24, jan./mar.2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65981>.

Acesso em: 27 jan. 2025.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica: As relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Ed. Cortez. 8. ed., 2011.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. Holos, Natal, v.2, p.1-27, 2007.

Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>.

Acesso em: 16 jan. 2025.

POUBEL, Clarissa M. de S.; PINHO, Leandro G.; CARMO, Gerson T. do. **Uma arena de tensões: a história da EJA ao PROEJA**. Cadernos de história da educação, v. 16, n. 1, p. 125, 2017.